

## **Instrumento de ação pública: edital de inclusão digital para retomada das atividades acadêmicas dos estudantes da Universidade de Brasília, no contexto da pandemia da Covid-19<sup>1</sup>**

***Cristina Borges Mariani***

Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, Universidade de Brasília. Brasília, Brasil.  
<https://orcid.org/0000-0002-7894-1703>  
cbmariani@gmail.com

***Júlio Cezar Costa Ramos***

Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, Universidade de Brasília. Brasília, Brasil.  
<https://orcid.org/0000-0002-6624-3449>  
juliooccr@gmail.com

***Lorena Dos Santos Rodrigues***

Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, Universidade de Brasília. Brasília, Brasil.  
<https://orcid.org/0000-0002-7907-8809>  
lorenadossantosrodrigues@gmail.com

***Ricardo Ajax Dias Kosloski***

Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, Universidade de Brasília. Brasília, Brasil.  
<https://orcid.org/0000-0003-0156-0205>  
ricardoajax@unb.br

***Valéria Maria Rodrigues Fechine***

Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, Universidade de Brasília. Brasília, Brasil.  
<https://orcid.org/0000-0002-4055-2665>  
valeria.fechine@aluno.unb.br

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.5984748>

Recebido / Recibido / Received: 2021-11-18

Aceitado / Aceptado / Accepted: 2021-12-30

---

1 Este artigo faz parte dos estudos desenvolvidos pela disciplina de Conceitos e Teorias de Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (PPGDSCI) do Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares (Ceam) da Universidade de Brasília (UnB). Sob orientação dos professores: Doriana Daroit e Luiz Fernando Bessa.

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional.

## Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar a instrumentalização da ação pública dos editais que estabeleceram auxílios emergenciais de apoio à inclusão digital aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica da Universidade de Brasília, no contexto das medidas de isolamento social da pandemia da Covid-19. Utilizou-se como metodologia análises quantitativas qualificadas da Pesquisa Social da UnB e entrevistas em profundidade para mapear as principais diretrizes e direcionadores estratégicos que embasaram reflexões dos acertos e das dificuldades das ações desenvolvidas para a promoção da assistência estudantil na inclusão digital, no alcance da retomada das atividades educacionais em formato remoto. Para avaliar os apontamentos dos entrevistados utilizou-se a técnica da matriz de SWOT, sendo possível identificar as experiências adquiridas com os editais na implementação do programa de inclusão digital.

**Palavras-chave:** Brasil; Covid-19; Ensino Remoto; Inclusão Digital; Instrumento de Ação Pública.

## **Instrument of public action: public notice of digital inclusion for the resumption of academic activities for students at the University of Brasilia, in the context of the Covid-19 pandemic**

## Abstract

This article aims to show the instrumentation of public action concerning the public notices that established emergency assistance in order to support digital inclusion for students from the University of Brasilia who are in a socioeconomic vulnerability situation, in the context of social isolation measures due to Covid-19 pandemic. It was used as a methodology qualified quantitative methods of UnB's Social Research and in-depth interviews in order to map the main guidelines and strategic goals that substantiated reflections related to the successes and the drawbacks of the actions developed in order to promote digital inclusion assistance to the student, in the scope of the resumption of activities educational in remote learning. To appraise the interviewees' notes, it was used the SWOT matrix technique, which made possible identifying experiences gathered with the public notices related to the implementation of the digital inclusion program.

**Keywords:** Digital Inclusion; Public Action Instruments; Remote Learning.

# Instrumento de acción pública: edicto de inclusión digital para la reanudación de las actividades académicas de los estudiantes de la Universidad de Brasilia, en el contexto de la pandemia de Covid-19

## Resumen

Este artículo tiene como objetivo presentar la instrumentalización de la acción pública de los edictos que establecieron ayudas de emergencia para apoyar la inclusión digital de los estudiantes en situación de vulnerabilidad socioeconómica de la Universidad de Brasilia, en el contexto de las medidas de aislamiento social de la pandemia de Covid-19. Se utilizó como metodología los análisis cuantitativos cualificados de la Investigación Social de la UnB y las entrevistas en profundidad para mapear las principales direcciones y los directores estratégicos que reflejaban los aciertos y las dificultades de las acciones desarrolladas para la promoción de la asistencia al estudiante en la inclusión digital, en el ámbito de las actividades educativas en formato remoto. Para evaluar los apuntes de los entrevistados se utilizó la técnica de la matriz de SWOT, pudiendo identificar las experiencias adquiridas por los editores en la implementación del programa de inclusión digital.

**Palabras clave:** Aprendizaje a distancia; Brasil; Covid-19; Inclusión digital; Instrumento de acción pública.

---

## 1 Introdução

A Organização Mundial da Saúde – OMS a partir de 11 de março de 2020, declara a pandemia da Covid-19 e elabora protocolos e padrões de conduta para o seu enfrentamento, entre eles estão a paralisação das atividades educacionais, e em seguida os cuidados para a retomada do setor, de forma remota e segura para a comunidade educacional. Vale ressaltar que, a paralisação das atividades de ensino nas universidades federais brasileiras no início da pandemia trouxe preocupações pela falta de equipamentos e acesso à internet para uma parcela da população acadêmica mais vulnerável, justificando a adoção de estratégia emergencial para inclusão digital na retomada do ensino remoto.

Segundo estudo de Castioni *et. al* (2021, p. 4), “o acesso à internet pode ser considerado como um limitador para a continuidade da oferta de Educação na modalidade remota, nos moldes em que foi emergencialmente implantada por ocasião da pandemia da Covid-19”.

Conforme apontado pelo estudo dos pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (NASCIMENTO *et. al*, 2020), em torno de 5,8 milhões de estudantes em instituições públicas de ensino, em 2018, não dispunham de acesso domiciliar

à internet (com qualidade mínima para atividades remotas), e a principal característica destes estudantes é que eles são negros, de baixa renda, localizados em regiões distantes das capitais ou em áreas rurais. O estudo destaca também a necessidade de promover políticas públicas para esse grupo, em busca de condições mínimas para as atividades remotas de ensino-aprendizagem.

A Universidade de Brasília – UnB entrou em quarentena no dia 12 de março de 2020, e em julho do mesmo ano, retomou suas atividades em formato remoto. O Decanato de Assuntos Comunitários – DAC criou em 03 de março de 2020 o Comitê Gestor do Plano de Contingência da Covid-19 da UnB (COES), que desenvolveu a Pesquisa Social da UnB<sup>2</sup>: condições para retomada do calendário acadêmico, no início de junho, para levantar os dados sociais e econômicos da comunidade universitária, a fim de subsidiar informações para o desenvolvimento de ações de enfrentamento à Covid-19 (Nota Técnica, 2020).

A Pesquisa Social trouxe apontamentos importantes para estabelecer mecanismos para a construção dos editais de inclusão digital, e assim, “assegurar igualdade de oportunidade e isonomia de participação nas aulas *onlines*” (LIMA, 2021, p. 228).

Assim, este trabalho versa sobre a inclusão digital na transformação digital aos estudantes da UnB, causada pela ação pública realizada pela instituição para promover a inclusão digital desses estudantes devido ao período vivenciado pela pandemia da Covid-19, em que a Universidade, visando dar continuidade às suas atividades de ensino superior, resolve retomar suas atividades educacionais em modo de operação online. O trabalho se desenvolve com base no edital UnB/DAC/DDS/no. 003/2020 – Auxílios Emergenciais de Apoio à Inclusão Digital, cujo estudo se dá no contexto da disciplina intitulada “Conceitos e Teorias de Políticas Públicas”, ministrada durante o primeiro semestre de 2021 no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares – PPGDSCI/Ceam.

O artigo propõe levantar a estrutura do pensamento dos envolvidos, com base nos instrumentos da ação pública, os editais de inclusão digital propostos pelo DAC, sob responsabilidade da Diretoria de Desenvolvimento Social – DDS, durante o ano de 2020. Detalhando as dificuldades de acesso das diferentes modalidades dos editais, com base nos apontamentos levantados pelas entrevistas com responsáveis pela dinâmica da assistência estudantil. As questões levantadas alinham-se aos conhecimentos em relação à técnica de aplicação da matriz de SWOT, a fim de identificar as forças e as fraquezas, que permita apresentar nos resultados dessa análise juntamente com os indicadores que auxiliaram na concretização da avaliação da efetividade dos editais de inclusão digital, e suas oportunidades e ameaças para os próximos editais.

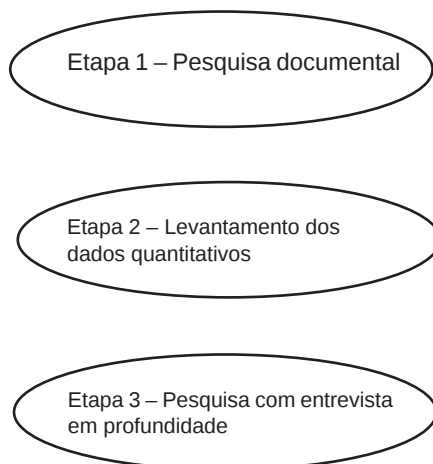
## 2 Método Proposto

Para o estudo deste artigo utilizou-se três etapas metodológicas, conforme demonstrado na Figura 1.

---

2 A implementação da pesquisa encontra-se disponível no site da UnB: <<https://noticias.unb.br/76-institucional/4198-pesquisa-para-planejar-retomada-do-calendario-da-unb-esta-no-ar>>. Publicada em: 09/06/2020. E os resultados da pesquisa encontram-se disponíveis em: <<http://repositoriocovid19.unb.br/pesquisa-social/>>.

**Figura 1 – Etapas da metodologia de pesquisa. Fonte: elaborado pelos autores**



Na **etapa 1**, houve primeiramente uma pesquisa documental dos editais e instrução normativa (documentos internos, estudos e avaliações) lançados para apoiar os estudantes durante o ensino remoto, juntamente com um resgate de literaturas com foco na ação pública de inclusão digital, com mecanismo de instrumentalização com uso de edital como chamamento público, enfim, às teorias estabelecidas e relacionadas ao tema em debate (CERVO *et al.*, 2007).

Em seguida, na **etapa 2**, mapeou-se dados quantitativos secundários da Pesquisa Social da Universidade de Brasília, com filtro no público-alvo da assistência estudantil durante a pandemia, com isso, foi possível identificar o cenário das dificuldades de permanência dos estudantes no ensino remoto da UnB.

Para complementar o tema do estudo, a **etapa 3**, utilizou-se a técnica de pesquisa com abordagens qualitativas, que permite extrair uma grande quantidade de informações e consubstanciar um trabalho robusto em detalhamentos. As entrevistas possuem como vantagens favorecer relações subjetivas entre o pesquisador e o entrevistado, permitindo uma compreensão mais profunda de opiniões e vivências pessoais sobre situações ocorridas na realidade social (GUERRA, 2010; JUNIOR; JUNIOR, 2011; COELHO, 2020). A figura abaixo descreve os caminhos percorridos para realização do levantamento sobre os editais relacionados à inclusão digital de alunos da Universidade de Brasília, frente ao período pandêmico vivenciado na retomada das aulas em 2020.

**Figura 2 – Processo de realização de entrevistas. Fonte: elaborado pelos autores**



Inicialmente, foram identificados os representantes institucionais a serem entrevistados. Para tanto e a partir das áreas envolvidas citadas pelo próprio edital, foram contatadas pessoas da Diretoria de Desenvolvimento Social – DDS, um órgão do

Decanato de Assuntos Comunitários – DAC, da UnB. As pessoas contactadas foram questionadas sobre suas participações na elaboração, na divulgação e na análise dos resultados relacionados ao edital de acordo com o roteiro de questões apresentado no apêndice deste documento. Foram entrevistadas 3 pessoas lotadas na DDS que à época estavam ativamente envolvidas com o Edital de acordo com atividades não somente de elaboração e de planejamento das ações previstas, mas também no acompanhamento dos resultados e das estratégias de encaminhamentos, haja vista ser uma ação inédita na instituição.

Para alinhar entendimentos sobre as entrevistas, foi feito um encontro prévio para obter alinhamento dos objetivos e das restrições possíveis com cada um dos três elementos entrevistados. Na oportunidade foram também definidos os detalhes das entrevistas como as agendas, seus objetivos e os resultados esperados. Também nessa oportunidade foram esclarecidos os critérios de privacidade dos dados dos estudantes que foram beneficiados pelo edital, devido a questões éticas da DDS. Todos os detalhes foram considerados para estabelecer a abordagem das questões que serviram como orientadores das entrevistas.

Foram escolhidas as entrevistas em profundidade, realizadas no modo semiestruturado, com o auxílio de questões previamente elaboradas e discutidas com o grupo de pesquisadores envolvidos neste trabalho. Este tipo de entrevista foi escolhido pelas vantagens de favorecer relações subjetivas entre o pesquisador e o entrevistado, permitindo uma compreensão mais profunda de opiniões e de vivências pessoais sobre situações ocorridas na realidade social, porque possibilita “*apreender significados, valores e opiniões e compreender a realidade social com uma profundidade dificilmente alcançada por outras técnicas*” (GUERRA, 2010; JUNIOR, 2011; COELHO, 2020).

GUERRA (2010) baseia sua afirmação no fato de o pesquisador poder acessar do entrevistado não apenas opiniões e percepções, mas também as motivações e os valores que apoiam ou constituem sua visão particular sobre o tema da entrevista.

As entrevistas foram executadas por meio do aplicativo MS – Teams usando o recurso de transcrições automáticas, por ser esta a plataforma institucional de operação online assumida pela organização. Vale ressaltar que os entrevistados foram questionados e concordaram com a gravação das entrevistas, considerando o compromisso dos entrevistadores em manter todas as regras necessárias de privacidade dos entrevistados. Por este motivo eles serão chamados neste documento, respectivamente, de entrevistados 1, 2 e 3.

Na etapa de consolidação dos dados as informações obtidas foram analisadas de acordo com os fundamentos da matriz SWOT – *strengths* (forças), *weaknesses* (fraquezas), *opportunities* (oportunidades) e *threats* (ameaças), visando facilitar o entendimento de informações coletadas pelo levantamento de dados, além obter melhores visualizações das experiências adquiridas com os editais em questão.

A matriz SWOT foi desenvolvida para a área organizacional, a fim de aprimorar os planejamentos estratégicos de empresas com relação aos seus elementos constituintes (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças) (POLLI, 2020). Ela é uma ferramenta de análise que facilita a visualização e o entendimento de informações coletadas pelo levantamento de dados, no caso deste trabalho realizado a partir da realização das entrevistas. Além do entendimento das informações coletadas, espera-se com o uso da matriz SWOT, obter melhores resultados. Assim sendo, seu uso facilita a identificação de experiências adquiridas com os editais.



### 3 Referencial Teórico

As teorias estabelecidas e relacionadas ao tema em debate, bem como a pesquisa documental foram detalhadas para compor um eixo informativo sobre o problema em estudo deste artigo.

#### 3.1. Ação pública e seus instrumentos

De acordo com Lascoumes e Le Galès (2012), a ação pública deve ser compreendida como espaços sociopolíticos constituídos a partir de especificidades de dimensões técnicas, de conteúdo, de finalidades, de instrumentos e sociais resultante das múltiplas interações de diversos atores. Assim, as possíveis mudanças na orientação do referencial da ação pública, a partir da combinação de abordagem estrutural e de abordagem com foco nos atores (MULLER, 2005), evidencia sua caracterização como um fenômeno complexo e transversal.

O estudo das transversalidades da ação pública a partir de sua instrumentalização, apesar de ser um campo relativamente pouco explorado nos estudos de políticas públicas, tem se revelado uma interessante abordagem para se compreender não apenas a estruturação de relações entre os atores, mas também a efetividade e a legitimidade da própria ação pública, uma vez que, de forma inovadora, as modalidades de combinação desses instrumentos de ação pública se tornam o centro da análise (HALPERN; LASCOUMES; LE GALÈS, 2021).

Como identificado por Cruz (2020), é possível elencar três principais matrizes que destacam a importância dos instrumentos da ação pública. A primeira, de origem inglesa, tem como seu principal expoente Christopher Hood, que, influenciado pela tradição funcionalista dos estudos de políticas públicas, introduz a noção de instrumentos de governo percebidos como meios para alcance de resultados da ação pública. Para ele, os instrumentos têm múltiplos propósitos e podem ser classificados pela sua a) notalidade, capacidade de o governo atuar como ponto central da rede de informações; b) autoridade, relacionada com poder e legitimidade do governo; c) recursos, ou tesouro, relacionado com os meios de troca; e, d) organização, relacionada com a noção de governança (HOOD; MARGETTS, 2007). Para Cruz (2020), a categorização dos elementos de Hood remete à compreensão de perspectiva *top down* em que as ações dos atores tendem a ser mais centralizadas e hierárquicas.

A segunda matriz, representada por Lester Salamon, de origem estadunidense, compreende instrumentos de ação pública a partir de uma perspectiva de governança colaborativa, caracterizada por participação social permeada de juízo de valor, a qual tem potencial para condicionar maior transparência nas políticas públicas. Conforme identifica Cruz (2020), Salamon visualiza os desafios da gestão contemporânea a partir dos conceitos de rede, governança colaborativa e dimensões políticas dos instrumentos. Os instrumentos, assim, classificados a partir de quatorze tipologias, podem ser compreendidos como métodos institucionalizados que buscam moldar e estruturar a ação pública e a governança colaborativa, como, por exemplo,

*“(...) meios de provisão direta de bens e serviços, as regulações sociais e econômicas, as contratações, as bolsas, os empréstimos, os seguros, as garantias fiscais, as taxas e cobranças, as agências governamentais, os vouchers e as leis de responsabilidade”.* (CRUZ, 2020, p. 110).

Por fim, a terceira matriz, notadamente francesa, representada por Lascoumes e Le Galès, analisa a instrumentalização da ação pública a partir de uma compreensão da sociologia política, evidenciando tanto as questões sociais da rede de atores, quanto os aspectos regulatórios das ações governamentais. Nesse contexto, a instrumentalização da ação pública pode ser compreendida como

*“(...) conjunto dos problemas colocados pela escolha e o uso dos instrumentos (técnicas, meios de operar, dispositivos) que permitem materializar e operacionalizar a ação governamental. Trata-se não somente de compreender as razões que levam a se reter certo instrumento muito mais que outro, mas de considerar igualmente os efeitos produzidos por essas escolhas”. (LASCOUMES; LE GALÈS, 2012, p. 20).*

Um instrumento de ação pública, nessa perspectiva, consiste em um dispositivo com elementos sociais e técnicos que tem como objetivo organizar e articular as relações complexas entre o Estado e os demais atores. Como analisa Cruz (2020), a dinâmica da ação pública a partir da percepção e da interação desses elementos sociais dos atores é envolta por valores e interpretações subjetivos de possíveis rupturas e continuidades dos referenciais de instrumentalização da ação pública. Assim, os instrumentos de ação pública não devem ser compreendidos como neutros, mas como reflexos da subjetividade das interpretações e das concepções de valores dos atores envolvidos no processo de construções coletivas.

*“Os instrumentos da ação pública não são ferramentas com perfeita neutralidade axiológica e não estão disponíveis de forma igual. Não são puramente técnicos: produzem efeitos específicos independentes dos objetivos declarados (as metas que lhes são atribuídas) e estruturam a ação pública de acordo com a sua própria lógica. À medida que são usados, tendem a produzir efeitos inéditos e, por vezes, inesperados (...) cada instrumento é uma forma condensada de saber sobre o poder social e os modos de o exercer; cada instrumento tem uma história, e as suas propriedades são indissociáveis das finalidades que lhe são atribuídas. São portadores de valores, alimentados por uma interpretação das concepções sociais e precisas do modo de regulação previsto. (LASCOUMES; LE GALÈS, 2012a, p. 36).*

A partir da não neutralidade dos instrumentos da ação pública, Lascoumes e Le Galès (2012) instigam uma reflexão crítica acerca de duas perspectivas: a) os efeitos gerados pelos instrumentos de ação pública; b) as relações de poder e as dinâmicas de legitimidade, de governabilidade e de politização da ação pública. Para Lascoumes e Le Galès (2012), assim como as instituições, os instrumentos de ação pública têm a capacidade de estruturar as políticas públicas a partir da coordenação de regras e de procedimentos que condicionam as interações e os comportamentos da ação coletiva. Nesse sentido, é possível considerar que os instrumentos de ação pública são capazes de fomentar transformações e mudanças mais profundas na ação pública e, consequentemente, na política pública.

*“Cada instrumento é uma forma condensada de saber sobre o poder social e os modos de o exercer; cada instrumento tem uma história, e as suas proprie-*



*dades são indissociáveis das finalidades que lhe são atribuídas. São portadores de valores, alimentados por uma interpretação das concepções sociais e precisas do modo de regulação previsto”. (LASCOUMES; LE GALÈS, 2012, p. 36).*

Sobre as relações de poder, a instrumentalização também é uma questão política (LASCOUMES; LE GALÈS, 2012), uma forma condensada de exercício de poder e influência, uma vez que a definição das características do instrumento da ação pública revela especificidades do contexto subjetivo das decisões coletivas dos atores, ou seja, da organização e da articulação das relações sociais entre o Estado e os demais atores

*“(…) quanto mais a ação pública se define por seus instrumentos, mais as questões da instrumentação correm o risco de realçar conflitos entre diferentes atores, interesses e organizações. Os atores mais poderosos serão levados a defender a adoção de certos instrumentos em detrimento de outros”. (LASCOUMES; LE GALÈS, 2012, p. 32).*

Nesse sentido, a escolha do instrumento adequado para cada ação pública é uma escolha estratégica (LASCOUMES; LE GALÈS, 2012), e não meramente operacional, estando, assim, associada também com a complexidade e com a transversalidade de cada agenda,

*“(…) instrumentos de gestão precisam apresentar um caráter transversal tanto para sua elaboração, a fim de que seu processo de construção e uso reflita as demandas sociais bem como as possibilidades organizacionais, quanto nos seus resultados, de forma a produzir um projeto de desenvolvimento coeso que não privilegie, por exemplo, a esfera econômica em detrimento da social”. (LÚCIO, DAROIT, FREITAS, 2017, p. 302).*

Para Linder e Peters (1989), apesar de haver uma profusão de estudos acerca da natureza dos instrumentos de ação pública, consideram ser necessário aprofundar o conhecimento acerca da dinâmica desses instrumentos, especialmente o significado político e social do processo de tomada de decisão acerca da escolha e da utilização de cada um deles. Alinhado a esse exercício, Lascoumes e Le Galès (2012a), sugerem que os instrumentos de ação pública podem ser classificados a partir das seguintes tipologias: a) legislativo e de regulamentação; b) econômico e fiscal; c) convencional e de incentivo; d) informativo e comunicacional; e) normas e padrões de “boas práticas”. Essas tipologias estão embasadas em uma perspectiva sociológica, em que os instrumentos são compreendidos como uma forma particular de instituição capaz de conduzir as relações entre os atores, reduzindo incertezas e gerando previsibilidade da estruturação da ação coletiva (LASCOUMES; LE GALÈS, 2012a). O quadro 1 apresenta, de forma gerencial, os tipos de instrumentos de ação pública associados com o tipo de relação política e legitimidade.

**Quadro 1 – Tipos de instrumentos de ação pública. Fonte: elaborado pelos autores**

Tipo de Instrumento	Tipo de Relação Política	Tipo de Legitimidade
Legislativo e de regulamentação	Estado tutor do social	Imposição de interesse geral por representantes eleitos ou altos funcionários
Econômico e fiscal	Estado produtor de riqueza, Estado redistribuidor	Busca de uma utilidade coletiva, eficiência social e econômica
Convencional e de incentivo	Estado mobilizador	Busca de engajamento direto
Informativo e comunicacional	Democracia pública	Explicitação das decisões e responsabilização dos atores
Normas e padrões de “boas práticas”	Ajustes na sociedade civil, mecanismos de concorrência	Misto: científico-técnico e democraticamente negociado e/ou competitivo, pressão dos mecanismos de mercado

Os instrumentos, assim, por serem dinâmicos, ao apresentar elementos característicos de uma ou mais tipologias transversais e intersetoriais, são capazes de fomentar tanto a governança quanto a mudança e a inovação nas políticas públicas (HALPERN; LASCOUMES; LE GALÈS, 2021). Os editais de inclusão digital publicados pela UnB ao longo do ano de 2020, referenciados no Decreto n. 7.234/10 acerca do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, são interessantes exemplos dessa perspectiva de instrumentalização da ação pública que fomenta a mudança e a inovação. Ao mesmo tempo em que apresentam predominância de elementos da tipologia comunicativa e informacional, também são caracterizados por elementos subsidiários da tipologia econômica, com foco no Estado redistribuidor, da tipologia de regulamentação, com elementos do Estado tutor do social, e da tipologia convencional de incentivo, com o Estado mobilizador.

### 3.2 Inclusão Digital

O tema em estudo pertence à área de pesquisa sobre Transformação Digital – TD, em que são usados intensamente recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, visando modernizar funções, atividades, políticas e interações governamentais (DE ANDRADE SOARES *et al.*, 2019; PEDROSA *et al.*, 2020), incluindo a UnB como uma Instituição Federal de Ensino Superior. Weerakkody *et al.* (2012), Al-Muwil *et al.* (2019), Lindner and Aichholzer (2020) e Sahraoui (2007) ressaltam que uma tendência recente nas iniciativas de uso de TIC em atividades governamentais. Elas envolvem seguir abordagens considerando vários tipos de tecnologias para interligar as políticas de governo com questões de diversidade como inclusão social e e-participação

de grupos populacionais específicos como os estudantes da UnB em situação de vulnerabilidade ao acesso online causado pela pandemia da Covid-19, devido à escassez de equipamentos.

E-Inclusão refere-se à TD associada ao uso de recursos de TIC podendo, inclusive, ser entendido como uma nova dimensão da sociedade do conhecimento (SAHRAOUI, 2007; TAMBOURIS, GORILAS, 2003; WEERAKKODY *et al.*, 2012). Sahraoui (2007) acrescenta que uma estratégia inclusive não deve considerar somente aspectos tecnológicos, mas outros que proporcionem maior transparência e responsabilidade ao governo. Os autores são unânimes em afirmar ser isso importante para melhorar a participação da população. Alguns autores têm se dedicado ao estudo dos fatores que influem nos processos de inclusão social causados pelo uso de recursos de TIC, também conhecido pelo termo *e-Inclusão*. Fatores como de natureza demográfica (idade, gênero, estrutura familiar ou estado civil, raça), econômicos (emprego, renda, custo), sociais (educação saúde, estilo de vida, motivação), culturais (língua, conhecimentos, tradições), políticos (legislação e regulação de acesso a informações) e estruturais (recursos tecnológicos, acessos a internet, urbanização) (AL-MUWIL *et al.*, 2019; ALMUWIL *et al.*, 2011; LUJAN-MORA *et al.*, 2014; SANMUKHIYA, 2019). Para a UnB, fornecer condições para estudantes continuarem seus cursos de forma online foi e tende a continuar sendo primordial para que a instituição desempenhe seu papel como ator importante no segmento educacional de ensino superior no país.

Os editais de 2020<sup>3</sup> referenciados neste estudo, estão ancorados no Decreto n. 7.234/10 do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (BRASIL, 2010), que é o maior financiador dos recursos de assistência estudantil na UnB. A finalidade do decreto é de ampliar as condições de permanência dos jovens estudantes na educação superior pública federal, e para esta ação destaca-se o artigo 3º, parágrafo § 1º que define as áreas das ações de assistência estudantil, entre elas a inclusão digital, e no artigo 4º está a intenção de que a inclusão social aconteça pela educação. Vale ressaltar que o PNAES sofreu um corte de 18% em 2021, conforme levantamento pelo estudo da União Nacional dos Estudantes – UNE<sup>4</sup>, alertando para o impacto do corte na principal fonte de recursos da assistência estudantil na permanência de milhares de estudantes em todo país.

A UnB por intermédio da DDS implantou editais inéditos de inclusão digital, para estudantes dos cursos presenciais de graduação e pós-graduação *stricto sensu* em situação de vulnerabilidade socioeconômica, no contexto da retomada remota das atividades acadêmicas no ano de 2020, tratando-se não somente de uma ação isolada, mas sim de um conjunto de iniciativas para atingir seus objetivos operacionais, mesmo, em frente às dificuldades causadas pela pandemia da Covid-19.

O primeiro Edital (002/2020) contou com 2.745 inscrições e selecionou os estudantes em cada uma das modalidades que são destacadas pela origem e destino do auxílio. Os participantes do edital teriam que comprovar critérios da avaliação socioeconômica realizada pela DDS ou serem aprovados em vestibular indígena regido pelo ACT 002/2015 FUB/FUNAI. Sobre as modalidades destacadas no edital, vale apresentar suas características:

3 Editais disponíveis em: <http://dds.dac.unb.br/index.php/editais-ano-2020>.

4 O estudo da UNE sobre "O direito à assistência estudantil: um alerta diante da pandemia da Covid-19". Disponível em: <https://www.une.org.br/noticias/o-direito-a-assistencia-estudantil-um-alerta-diante-da-epidemia-da-covid-19>.

- Empréstimo de Equipamento: equipamentos da UnB, disponibilizados pelas Unidades Acadêmicas e Administrativas e emprestados em conformidade com normas do patrimônio;
- Doação: equipamento doado por pessoa física ou jurídica, que possuir condições de comprovar sua origem, em chamada pública realizada pela UnB com cadastro do doador no aplicativo DOARTI<sup>5</sup> pela campanha “UnB Solidária”;
- Auxílio financeiro para aquisição de equipamento eletrônico com funcionalidades de computador pessoal: auxílio financeiro em caráter excepcional e emergencial, a ser depositado diretamente na conta corrente do estudante;
- Auxílio financeiro para aquisição de chip para Serviço Móvel Pessoal – SMP: auxílio financeiro em caráter excepcional e emergencial, para aquisição de chip de rede móvel para acesso à internet;
- Bônus de dados móveis de SMP de uso 6h/dia de vídeo, 20 GB: bônus de acesso à internet disponibilizado nos termos do programa do Governo Federal MEC/RNP para viabilizar a continuidade das atividades acadêmicas remotas, destinada a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Em seguida, foi publicado o Edital n. 003/2020, que recebeu 452 inscrições nas mesmas modalidades, mas com maior divulgação junto às Unidades Acadêmicas e com novos prazos com objetivo de estender o atendimento dos candidatos que não tiveram acesso às inscrições previstas no edital anterior. Algumas alterações foram necessárias e lançou-se o próximo Edital n. 004/2020, que recebeu 212 inscrições, com todas as modalidades anteriores, exceto o auxílio financeiro para aquisição de equipamento eletrônico e chip.

Segundo Lima (2021), as reflexões das ações desenvolvidas para a promoção da assistência estudantil apontam os acertos e dificuldades para o alcance dos resultados esperados. Mas, vale ressaltar, que segundo Braga e Santos (2021), os recursos destinados muitas vezes não são suficientes para atender a demanda da assistência estudantil, ameaçando a permanência do grupo em situação de vulnerabilidade na Universidade em tempos de pandemia.

## 4 Resultados

Conforme citado anteriormente, a Pesquisa Social da UnB: condições para retomada do calendário acadêmico foi determinante para entender as dificuldades dos discentes para as aulas em ambiente remoto. E sobre a disponibilidade de equipamentos de informática, foi levantado que 6% dos discentes não têm computador ou tablet próprio ou compartilhado, e que aproximadamente 30% disseram ter acesso precário, lento ou não ter qualquer acesso à internet.

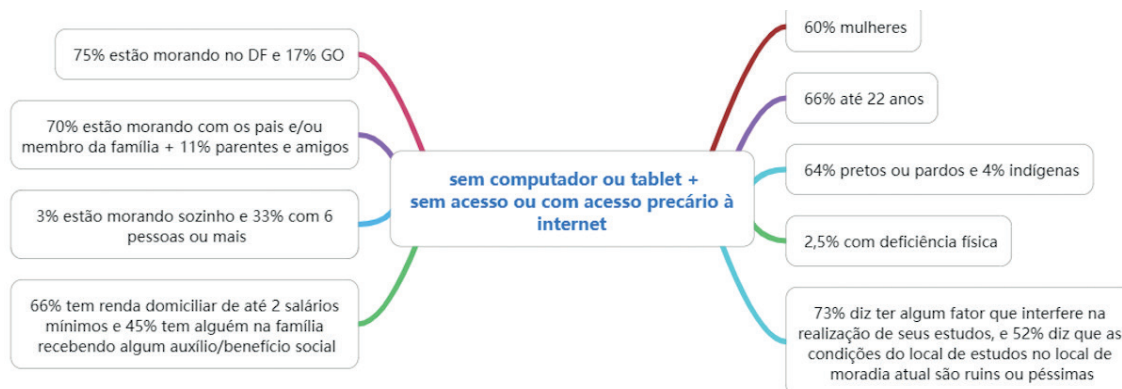
---

5 O Projeto Doarti é uma iniciativa de colaboração e voluntariado denominada “Software para o Bem”, a qual conta com a participação de professores do curso de Engenharia de Software, UnB/Gama, empresa de tecnologia Main Class e uma rede de profissionais, entre eles ex-alunos da Universidade. Tem-se também a parceria da Rede Solidária Anjos do Amanhã, programa de voluntariado da Vara da Infância e da Juventude do DF. Disponível em: <https://doarti.com.br/>.

A comunidade discente entrevistada na pesquisa que necessita de auxílio e apoio à inclusão digital, conforme demonstrado no esquema abaixo, são em sua maioria mulheres (60%), jovens (66% com até 22 anos), negros e indígenas (64% pretos e pardos e 4% indígenas). Os universitários com vulnerabilidade digital são afetados pelos graves problemas de desigualdade social que marcam nossa sociedade, principalmente considerando que dois terços deles informam que a renda domiciliar é de até 2 salários-mínimos, e 45% dos domicílios tem alguém que recebe auxílio ou benefício social.

Na época da pesquisa eles declararam estar morando principalmente nas regiões administrativas Ceilândia, Plano Piloto e Planaltina, entre outras do Distrito Federal (75%) e no entorno de Goiás (17%). Apenas 3% do grupo está morando sozinho, 81% moram com os pais e/ou outros membros da família ou com parentes e amigos, 33% declaram estar morando em agrupamento com seis pessoas ou mais. Desta forma, esse grupo tem limitações das condições de estudo no domicílio, além de ter intervenções variadas no domicílio (73%). Para mais da metade dos alunos, a principal limitação é a inexistência de um local apropriado para estudo e concentração no domicílio. O diagrama esquemático da figura 3, resume os perfis em destaque do público-alvo compreendido para serem atendidos pelos editais de inclusão digital na UnB.

**Figura 3 – Perfil do público-alvo dos editais de e-inclusão na UnB**



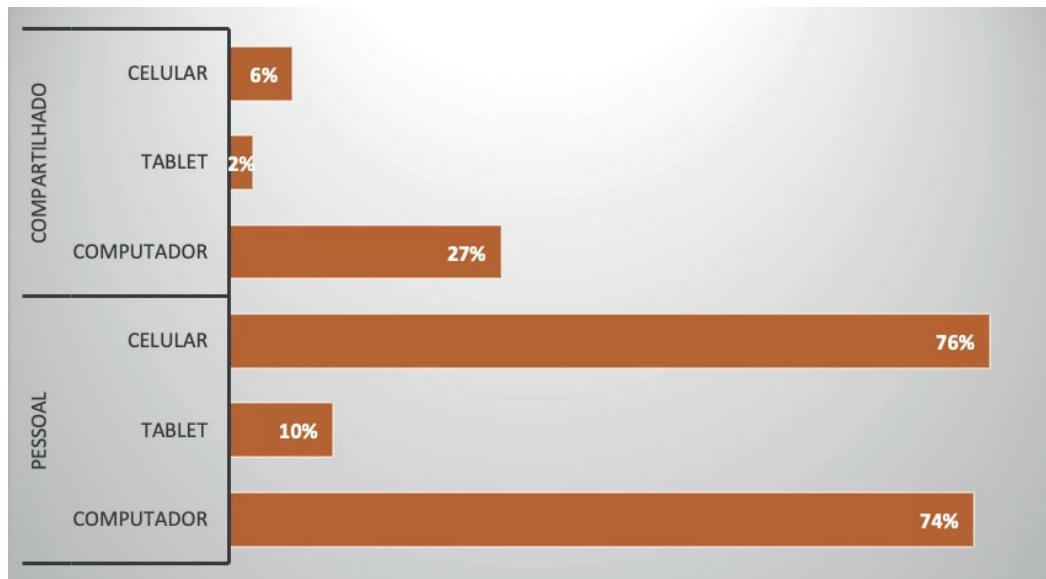
Fonte: elaborado pelos autores com base na Pesquisa Social da UnB: condições para retomada do calendário acadêmico do 1º Semestre de 2020.

Com os apontamentos da pesquisa, de fato, para a retomada das atividades letivas de maneira remota foram necessárias medidas assertivas como a disponibilização de equipamentos de informática e de acesso à internet, conforme destacado nos editais mencionados acima. Além disso, para entender melhor a dinâmica de quem foi contemplado pelos editais de inclusão digital, será abordado alguns pontos de destaque com base na segunda etapa da pesquisa social, denominada Pesquisa Social: avaliação das atividades letivas do 1/2020, que traz informações sobre a utilização de tecnologias de ensino/aprendizagem em relação às atividades realizadas de maneira remota.

Apenas 251 participantes da segunda etapa da Pesquisa Social, informaram ter recebido da UnB auxílio emergencial de apoio à inclusão digital, e destes 82% informaram que receberam auxílio emergencial do Governo Federal, enquanto 29% informaram que alguém na residência atual contraiu a Covid-19.

Quanto aos equipamentos usados para estudo remoto, 80% deles disseram ter algum equipamento cedido pela UnB, e quando perguntado se eles compartilham seus equipamentos com outra pessoa na residência, 27% informaram compartilhar seus computadores (laptop ou desktop), 6% seus celulares do tipo smartphone e 2% seus tablets (gráfico 1).

**Gráfico 1 – Equipamentos usados durante o ensino remoto**

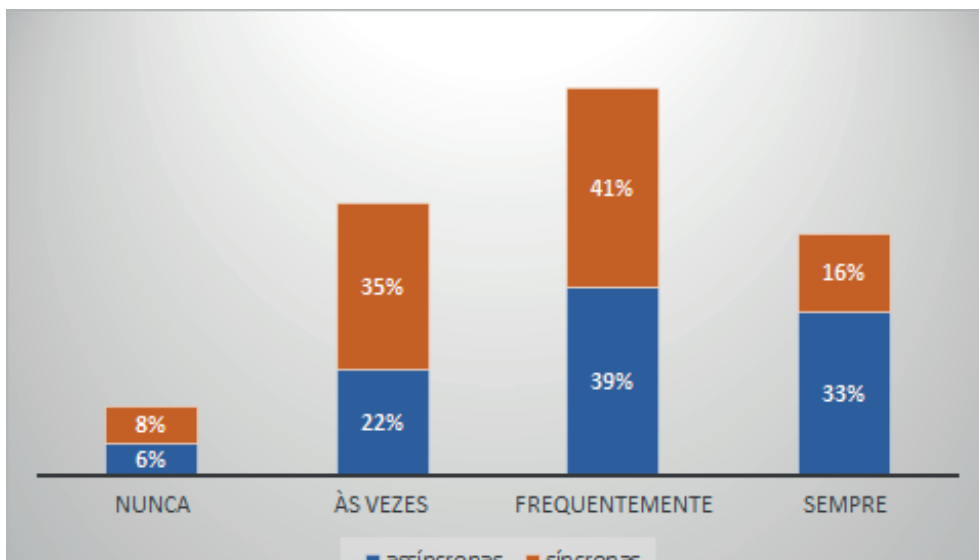


Fonte. Elaborado pelos autores com base na Pesquisa Social da UnB: avaliação das atividades letivas do 1/2020.

Outro ponto verificado, é que a internet frequentemente permitiu que realizasse satisfatoriamente as atividades assíncronas e síncrona, com 39% e 41% respectivamente (gráfico 2). Porém, 25% deles afirmaram ter que aumentar a capacidade/velocidade da internet. Em 32% das respostas declararam estar dedicando ao ensino remoto mais de 6 horas por dia (gráfico 3). Afirmaram em 43% das respostas, que estão satisfeitos com o tempo dedicado ao ensino remoto.

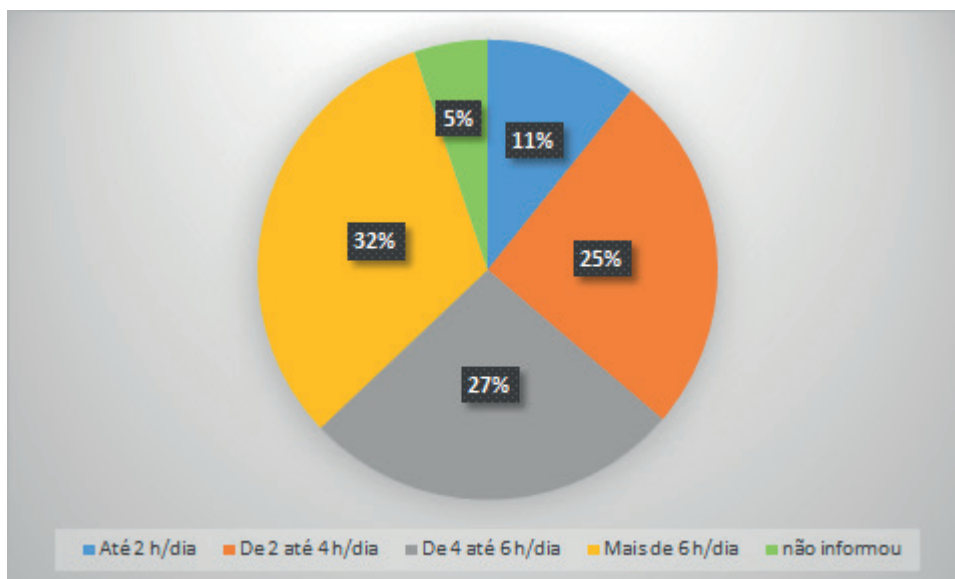


**Gráfico 2 – Com a Internet conseguiu realizar satisfatoriamente as atividades assíncronas e síncronas?**



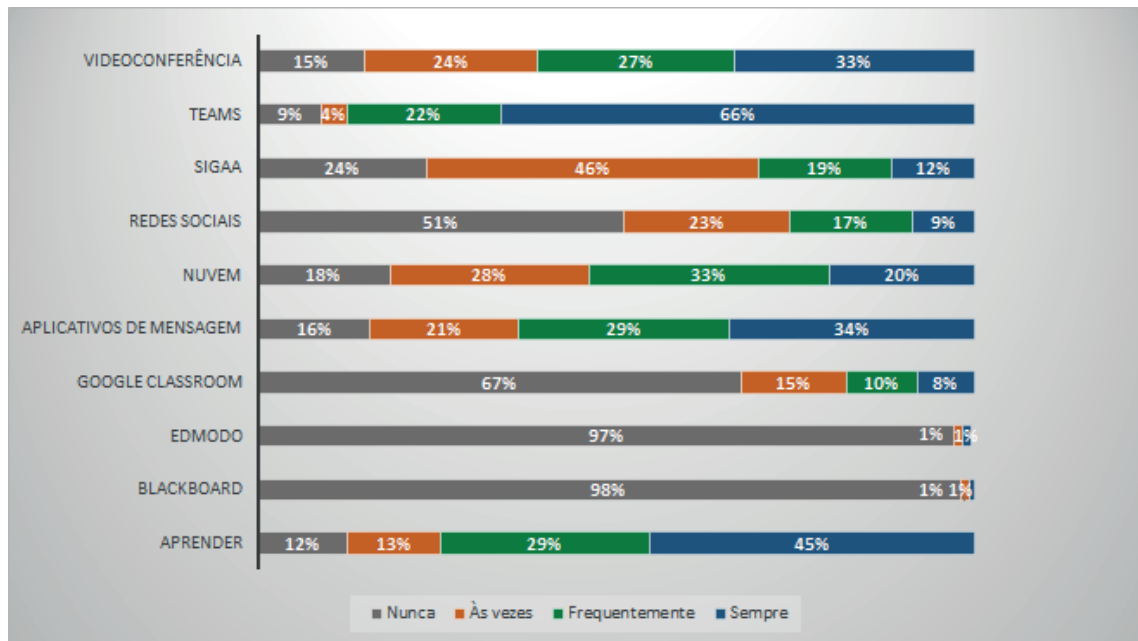
Fonte. Elaborado pelos autores com base na Pesquisa Social da UnB: avaliação das atividades letivas do 1/2020.

**Gráfico 3 – Quanto tempo está se dedicando ao ensino remoto?**



Fonte. Elaborado pelos autores com base na Pesquisa Social da UnB: avaliação das atividades letivas do 1/2020.

O nível de utilização das ferramentas no ensino remoto varia, o Teams e o Aprender possuem maior nível de frequência de uso, enquanto que Blackboard, Edmodo e Google Classroom são as ferramentas menos utilizadas, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

**Gráfico 4. Frequência de utilização das ferramentas durante o ensino remoto**

Fonte. Elaborado pelos autores com base na Pesquisa Social da UnB: avaliação das atividades letivas do 1/2020.

Atenção e sensibilidade às limitações das condições de estudo no domicílio foram levantadas pelas principais dificuldades no ensino remoto, e foram classificadas em: condições emocionais (67%), responsabilidade com atividades domésticas (59%), ausência de local adequado para estudo (59%), dificuldade de organizar o tempo (57%) e adaptação ao ensino remoto (51%), entre outras conforme demonstrado no gráfico 5.

**Gráfico 5 – Dificuldades enfrentadas durante o ensino remoto**

Fonte – Elaborado pelos autores com base na Pesquisa Social da UnB: avaliação das atividades letivas do 1/2020.

## 5 Entrevistas

Após as consolidações das entrevistas em profundidade realizadas geraram as informações apresentadas nesta seção.

Os entrevistados, embora todos pertencentes à DDS, ocuparam papéis diferentes de acordo com suas formações. O entrevistado 1 era da área de assistência social, tendo participado de atividades relacionadas à modalidade de doação e distribuição de chips de internet com pacotes de dados. O entrevistado 2 ocupava um papel de gestão e, após o seu retorno do afastamento para pós-graduação, participou ativamente de todas as modalidades compreendidas pelos editais em estudo. Já o entrevistado 3, apesar de também estar afeto a áreas gestoras, teve como foco de participação as estratégias e logísticas relacionados à modalidade de empréstimo de equipamentos de TIC para os estudantes poderem participar do retorno das aulas da universidade em modo remoto (online).

Inicialmente é interessante notar a opinião unânime de todos eles sobre o sucesso do edital, devido a algumas afirmações coletadas diretamente das falas dos entrevistados.

*“Em termos de auxílio financeiro o edital atingiu a esmagadora maioria dos inscritos. Assim sendo, ele cumpriu muito bem o seu papel, atingindo total sucesso, abarcando as pessoas que necessitavam dos equipamentos. O sucesso do edital pode ser observado em editais subsequentes, em que sobram vagas para atendimentos”* (entrevistados 1 e 3).

Inclusive, o entrevistado 3, cita este resultado como sendo um indicativo positivo para os resultados obtidos com a ação pública o que, por sua vez, também é confirmado pelo entrevistado 2. Para o entrevistado 2:

*“O edital auxiliou os estudantes de baixa renda da universidade em um momento muito difícil, no meio da pandemia e a universidade ao possibilitar o ensino remoto, a única modalidade de ensino possível naquele momento, sem deixar ninguém para trás”* (entrevistado 2).

O lema de “não deixar ninguém para trás” é citado tanto pelo entrevistado 2, quanto pelo entrevistado 3 como uma narrativa oriunda da própria reitoria da UnB, que agiu como uma das forças de enfrentamento à situação pandêmica, atribuindo responsabilidade e proatividade em todas as modalidades do edital para que fossem estabelecidas estratégias, a fim de fomentar o auxílio aos estudantes em condição de vulnerabilidade.

Ambos entrevistados (2 e 3) esclarecem que um evento que significava uma ameaça externa à modalidade de doação, foi a legislação de doação por não permitir a doação direta de bens patrimoniados à UnB, além de doações oriundas da Iniciativa DOARTI, encaminhada por um professor de outra unidade para serem doados a pessoas físicas. Isso impactaria as 280 CPUs doadas pelo Banco do Brasil para a UnB. As comissões que acompanhavam as modalidades do edital, compreendidas por representantes de todas elas, em ação rápida alterou a estratégia, redirecionando doações para a modalidade de empréstimos, totalmente alinhada à legislação, embora com outras fraquezas que justificaram ações adicionais. Sobre isso a opinião do entrevistado 1 foi:

*“As decisões tinham de ser tomadas em caráter emergencial e, portanto, sem excessos de bates pela equipe interna da DDS, como usualmente é feito.” (entrevistado 1)*

*“A situação do momento não permitia pensar sobre ameaças. As aulas tinham de voltar, os estudantes deveriam ter acesso aos equipamentos e chips.” (entrevistado 3)*

Os entrevistados 2 e 3 esclarecem que ações incluindo tanto outras unidades internas da UnB, quanto parcerias como o Governo do Distrito Federal – GDF foram intensamente usadas. Na UnB, foram abertos pontos de doação (Faculdade Gama – FGA e, no campus Darcy Ribeiro, a ADUNB). Estes pontos concentravam as doações. Porém, os equipamentos doados precisavam de alguma manutenção para poderem ser emprestados. Além da ADUNB, foi estabelecida uma parceria com uma escola de manutenção de Hardware do GDF, que prestou vários serviços para a ação pública do Edital.

Desta forma uma aparente fraqueza interna, causada pela dificuldade da UnB em prestar atendimentos de manutenção a equipamentos a serem emprestados ou mesmo doados, transformou-se em uma grande oportunidade de trabalho colaborativo envolvendo tanto unidades internas da própria UnB, quanto externas do GDF. Apreende-se, portanto, a importância de um trabalho colaborativo, colocado por todos os entrevistados como tendo sido uma grande oportunidade de aprendizado, ficando como lição aprendida como um antídoto para várias fraquezas internas da Instituição. Olhando por este lado, a pandemia foi um grande catalisador deste tipo de aprendizado de trabalho colaborativo, segundo várias afirmações.

*[...] A proximidade com outros setores foi fundamental para que eles conhecessem as necessidades da assistência social [...] servindo para homogeneizar conhecimentos sobre os problemas causados pela pandemia”. (entrevistado 1)*

*“[...] Merece destaque a oportunidade de integração entre as unidades da UnB, formando uma rede com interesse comum”. (entrevistado 2)*

*“[...] Para cada modalidade e dificuldade encontrada no percurso, foi feita uma adaptação a fim de atender às demandas [...] por isso tudo foi pensado, repensado e adaptado da melhor forma possível”. (entrevistado 3)*

Ao final, os entrevistados são unânimes sobre a importância da inclusão digital para os estudantes da UnB, pois os efeitos da pandemia serão sentidos por um longo tempo, ou seja, para eles a situação operacional do ensino na UnB deu um passo sem volta. Algumas afirmações fortes confirmam essa ideia como:

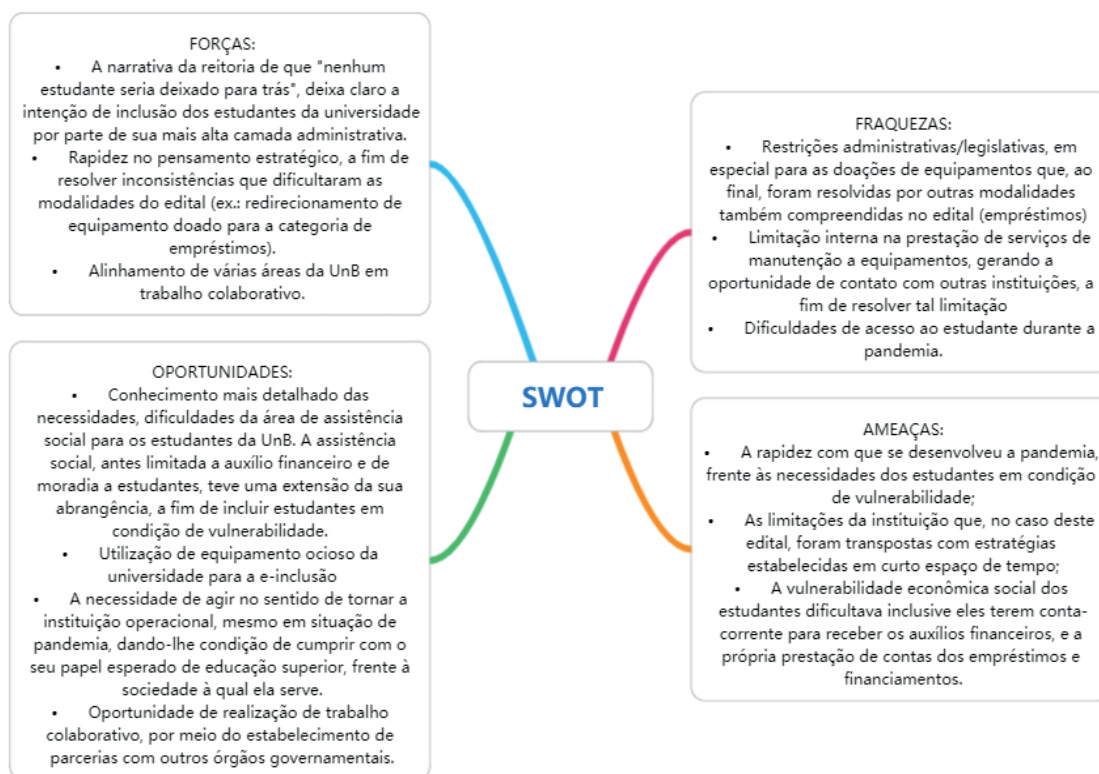
*“É importante considerar que alguns estudantes antes da pandemia não tinham a necessidade de auxílio ou equipamento para o estudo pelo fato de utilizarem os equipamentos da UnB ou da própria casa. Com a pandemia e a necessidade de outras pessoas da casa utilizarem os equipamentos para estudos ou trabalho, aqueles equipamentos, ora ociosos, passaram a ser necessários também para os nossos estudantes [...] os editais vieram a contribuir também para esse equilíbrio no uso dos equipamentos nos lares no momento da pandemia. Houve então um incremento nas vulnerabilidades”. (Entrevistado 1)*

“O processo de democratização da universidade tem 3 eixos: as cotas, o Programa Nacional de Assistência Estudantil e a necessidade de mudança na cultura institucional da universidade, a fim de transformá-la em um espaço de inclusão, diferentemente da visão Tropa de Elite”. (Entrevistado 2)

“A questão da inclusão digital veio para ficar, dado que já era uma demanda existente e que se viu indispensável em um determinado momento [...] a UnB não tem como bancar as demandas decorrentes de todos os males provocados pela situação social do país, mas, deve proporcionar ao aluno as condições mínimas para que ele conclua o que se propôs a fazer na universidade”. (Entrevistado 3).

Desta forma, resumindo os achados oriundos das entrevistas, de acordo com os itens da matriz SWOT pode-se colocá-los como sendo:

**Figura 4 – Matriz de SWOT. Fonte: elaborado pelos autores**



## 6 Considerações Finais

O estudo permitiu algumas reflexões acerca da implementação dos editais de auxílio emergencial de apoio à inclusão digital aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica da Universidade de Brasília, no contexto das medidas de isolamento social da pandemia da Covid-19. Os instrumentos da ação pública, ao buscarem fomentar a transformação social, foram construídos de forma diferenciada e inovadora, sendo caracterizados como dispositivos com elementos técnicos e sociais que tiveram como objetivo articular as relações complexas entre o estado e a sociedade, ou seja,

ampliar as condições de permanência dos estudantes, na retomada do calendário acadêmico de forma totalmente remota. Mesmo com redução da principal fonte de recursos da assistência estudantil, o PNAES e com esforço e empenho da equipe reduzida da DDS em trabalho remoto, foi possível atender todos os inscritos selecionados nos requisitos dos três editais de inclusão digital.

Com base nas dificuldades apontadas pelos alunos com maior vulnerabilidade, houve preocupações nas questões levantadas pela falta ou precário acesso à internet, indisponibilidade de equipamentos de informática para aulas remotas, ou até mesmo tendo que compartilhar seu equipamento com outros membros da família. Levando a DDS especificar critérios com responsabilidade e proatividade em todas as modalidades dos editais para que fossem estabelecidas estratégias e empenho em assegurar igualdade de oportunidade no acesso às aulas *onlines* para os alunos da UnB.

Nos apontamentos levantados pelas entrevistas com os responsáveis pela dinâmica da assistência estudantil, pode-se destacar que os esforços coletivos entre os diversos setores da UnB e das ações da comunidade externa, foi fundamental para iniciar o alinhamento de uma rede de atores envolvidos na ação pública, que ainda está sendo construída por intermédio da problemática do contexto pandêmico. O trabalho colaborativo, ressaltado unanimemente por todos os entrevistados, nos leva a acreditar em trabalhos futuros envolvendo outras áreas da UnB, como o projeto A3M<sup>6</sup>, uma iniciativa do Centro de Educação a Distância, destaca as iniciativas que elucidem não somente os envolvidos, mas também as formas de colaborações possíveis.

Identificou-se a necessidade de constituir uma base pública de indicadores sobre esta importante ação, que serviriam como fontes de dados para estudos quantitativos, haja vista que todos os entrevistados citam como algo importante, pensar na continuidade da e-inclusão para estudantes em condição de vulnerabilidade nas próximas edições de editais e devido às condições pós pandêmicas, estudos híbridos e possíveis eventos futuros que virão ocorrer ao longo do tempo.

Por fim, o estudo permitiu várias reflexões em torno dos editais de implementação do programa de inclusão digital como um ponto favorável para o fortalecimento da política de assistência estudantil. A discussão permitiu vislumbrar a necessária continuidade das ações realizadas relacionadas ao atendimento estudantil, tendo em vista o aumento nas taxas de desigualdade social que o nosso país vem enfrentando, projetando possibilidades e melhorias para o futuro da política educacional como um direito social, em defesa da universidade pública, mas também da permanência dos alunos.

## Referências

BRAGA, S. B.; SANTOS, T. F. A. M, A permanência dos estudantes no ensino superior em tempos de pandemia: uma análise a partir das ações de assistência estudantil da Universidade Federal do Pará. **Revista Educação e Políticas em Debate**. v. 10, n. 3, p. 1090-1106, set./dez. 2021.

---

6 O Programa Aprendizagem para o 3º Milênio (A3M) é uma iniciativa institucional com o objetivo de atuar junto à comunidade UnB na identificação, valorização e promoção de ações educacionais inovadoras. Disponível em: <<http://a3m.cead.unb.br>>.



BRASIL. Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm)>. Acesso em: 07 out. 2021.

CASTIONI, R.; MELO, A. A. S.; NASCIMENTO, P. M.; RAMOS, D. L. (*in memoriam*). **Universidades federais na pandemia da Covid-19**: acesso discente à internet e ensino remoto emergencial. Ensaio: avaliação políticas públicas educacionais, Rio de Janeiro, v. 29, n. 111, p. 399-419, abr./jun. 2021.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. Ed., São Paulo: Pearson, 2007.

COELHO, B. **Técnica de coleta de dados em pesquisa qualitativa**, 2020. Disponível em: <<https://blog.mettzer.com/entrevista-pesquisa-qualitativa/>>. Acesso em: 25 out. 2021

CRUZ, F. N. B. **Desenvolvimento Democrático em Tempos Incertos**: os desafios e os instrumentos da ação pública transversal e participativa. Brasília: UnB, 2020. v. 1. 262 p.

GUERRA, J. H. L. **Proposta de um protocolo para estudo de caso em pesquisa qualitativa**. XXX Encontro Nacional de Engenharia de Produção, p. 13, 2010.

HALPERN, C.; LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. **As abordagens a partir dos Instrumentos da ação pública**. In: OLIVEIRA, O.; HASSENTEUFEL, P. (Org.). Sociologia política da ação pública: teorias, abordagens e conceitos. Brasília: Enap, 2021. p. 31-59.

HOOD; C. C.; MARGETTS, H. Z. **The tools of government in the digital age**. Palgrave: Macmillan, 2007.

JUNIOR, A.; JUNIOR, N. **A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos**, 2011. Disponível em: <[https://met2entrevista.webnode.pt/\\_files/200000032-64776656e5/200-752-1-PB.pdf](https://met2entrevista.webnode.pt/_files/200000032-64776656e5/200-752-1-PB.pdf)>. Acesso em: 25 set. 2021.

LASCOUMES, P.; LES GALÈS, P. Special issue: understanding public policy through its instruments. **Governance**, v. 20, n. 1, p. 1-144, 2007.

LASCOUMES, P.; LES GALÈS, P. A ação pública abordada pelos seus instrumentos. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 9, n. 18, p. 19-43, 2012.

LASCOUMES, P.; LES GALÈS, P. **Sociologia da Ação Pública**. Editora da Universidade Federal de Alagoas, p. 244, 2012a.

LIMA, Jackeline S. A assistência estudantil na Universidade de Brasília durante a pandemia do Covid-19. **Cadernos Cajuína**, V. 6, N. 3, 2021.

LINDER, S. H.; PETERS, B. G. Instruments of government: perceptions and contexts. **Journal of Public Policy**, v. 9, n. 1, p. 35-58, 1989.

LÚCIO, M. D. L.; DAROIT, D.; FREITAS, U. F. D. C. **Desenvolvimento, ação pública e transversalidade dos instrumentos de gestão**: um olhar sobre o programa Bolsa Família. In: LIMA, L. L.; RODRIGUES, M. I. A. (Org.). Campo de públicas em ação: coletânea em teoria e gestão de políticas públicas. 1 ed. Porto Alegre: editora da UFRGS, v. 1, p. 292-314, 2017.

MAIA, E.T. **A transversalidade da saúde na integração de políticas como estratégica de ação pública**: efetividade de políticas em prol do desenvolvimento sustentável em territórios. 1. ed. Brasília: UnB, 2021.

MULLER, P. Esquisse d'une théorie du changement dans l'action publique. **Revue française de science politique**, 5, n. 1, p. 155-187, 2005.

NASCIMENTO, P. M.; RAMOS, D. L.; MELO, A. A. S.; CASTIONI, R. **Acesso domiciliar à internet e ensino remoto durante a pandemia**. Brasília: Ipea, agosto de 2020 (Nota Técnica Disoc/Ipea n. 88). Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10228>>. Acesso em: 6 out. 2021.

OLIVEIRA, B. R.; DAROIT, D. Public policy networks and the implementation of the Bolsa-Família Program: an analysis based on the monitoring of school attendance. **Education Policy Analysis Archives**, v. 28, n. 120, 2020.

POLLI, G. H. B. A Comparison about European Environmental Sustainability Rating Systems: BEEAM UK, DGNB, LiderA, ITACA and HQE. U. **Porto Journal of Engineering**, v. 6, n. 2, p. 46-58, 27 nov. 2020.

POWELL, W. W. Neither market nor hierarchy: network forms of organization. **Research in organizational behavior**. v. 12, p. 295-336. 1990.

RODRIGUES, P. **As transformações na rede de atores do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**. Brasília: UnB, 2020. Orientadora: Doriana Daroit. 2020. 99 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

VENTURNI, T.; MUNCK, A.; JACOMY, M. Ator-rede versus análise de redes versus redes digitais: Falamos das mesmas redes? **Galáxia**, 38, 5-27, 2018.

## Apêndice

### QUADRO 1 – Entrevistas sobre os Editais de Inclusão Digital UNB/DAC/DDS

Roteiro de Entrevista
<p>Apresentação: Bom dia (boa tarde) Sr(a) &lt;nome do entrevistado&gt;</p> <p>Inicialmente informamos que este trabalho ocorre no contexto da Disciplina de Conceitos e Teorias de Políticas Públicas, da qual somos alunos no PPGDSCI, um programa de pós-graduação do Ceam.</p> <p>Conforme conversamos anteriormente, nossa intenção nesta entrevista é levantarmos informações sobre os Editais UnB/DAC/DDS – Auxílios Emergenciais de Apoio à Inclusão Digital, publicados durante o segundo semestre de 2020, com a finalidade de entender a dinâmica da inclusão digital dos alunos da UnB em situação de vulnerabilidade socioeconômica, no contexto da retomada remota das atividades acadêmicas do ano de 2020. Para isso, precisamos compreender o funcionamento das diferentes modalidades do auxílio, considerando o empréstimo, doação, auxílio complementar para acesso de equipamento eletrônico como computadores pessoais, além de auxílio para aquisição de chip de acesso à internet com seus respectivos pacotes de dados móveis, tanto para alunos da graduação, quanto da pós-graduação.</p> <p>Nossa entrevista não tem interesse na identificação de fatos que possam identificar individualmente os atores envolvidos, nem tampouco os entrevistados.</p> <p>Nossa intenção é, portanto, obter impressões do Sr(a) sobre a elaboração, execução e acompanhamento da referida ação pública estabelecida pelo edital no que diz respeito às questões a seguir.</p> <p>Neste sentido pedimos a permissão do Sr(a) para gravarmos a sessão de entrevista, pois a ferramenta usada (MS Teams) nos auxilia na transcrição das falas ocorridas, os quais estarão à disposição somente para os envolvidos na elaboração deste trabalho.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Quais atividades você exerceu durante a execução do Edital?</li> <li>2. Vc acha que a ação pública (Edital) foi de sucesso? Sim, Não, Em partes. Por quê?</li> <li>3. Obviamente com o advento da pandemia de coronavírus foi um elemento motivador mas, na sua opinião, quais foram as outras motivações internas da UnB para o estabelecimento deste edital.</li> <li>4. Quais foram as diferenças de implantação do auxílio nas diferentes modalidades? (levantar dificuldades, etapas de execução e mecanismos utilizados para atender a modalidade).</li> <li>5. Sobre possíveis problemas, sabe-se que o edital significou custos adicionais para a instituição. Quais foram os outros problemas enfrentados por esta ação na UnB?</li> <li>6. Quais oportunidades surgiram com as ações deste edital?</li> <li>7. Na sua opinião, o enfrentamento da situação vivenciada na UnB sofreu ameaças à sua execução?</li> <li>8. Quais indicadores foram levantados com a efetividade desta ação pública (edital), realizada na UnB.</li> <li>9. Quais experiências adquiridas você pode identificar com este edital, que pudessem ser importantes para próximas ações relacionadas?</li> <li>10. Vc gostaria de acrescentar mais alguma informação relevante sobre esta ação pública?</li> </ol> <p>Agradecemos muito a participação do Sr(a) &lt; nome do entrevistado&gt; no apoio ao nosso trabalho.</p>